

AGO  
PELO EDITOR

AR  
do  
NTE  
DO  
151

CPP

Revista do  
**PROFESSOR**  
DO CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA



34

MEAMPDS



# EDUCAÇÃO DE DÉBEIS MENTAIS

HELENA APARECIDA OKONIEWSKY  
Campinas, SP

Mais um passo no setor educacional e de recuperação social deu o Brasil, através de São Paulo, com a criação de um Curso Especializado de Formação de Professores para Débeis Mentais.

Embora este setor esteja bem adiantado no exterior e mesmo nos países circunvizinhos, pois a Argentina desde 1924 o possui, aqui no Brasil, somente hoje, em 1957, é que começa a se desenvolver, pois até agora estava entregue às Clínicas Médicas Infantis.

Precisamos deixar bem claro que se o médico muito pode fazer em prol dos débeis, quer situando sua anormalidade, quer buscando as causas e procurando aniquilá-las, somente o professor especializado poderá, com métodos especiais, reeducar ou educar o débil, para integrá-lo no meio social, onde ele passará a ser um membro útil.

Portanto, a Ortofrenopedia entrou agora em plena atividade, em seu devido lugar, como ramo da Pedagogia Científica.

O mestre e o médico batalharão conjuntamente pelo mesmo ideal humano e de incontestável valor, quer para o indivíduo, quer para a sociedade.

Sabemos que muitos céticos duvidam da validade da nossa tarefa, mas a estes cumpre observar que, como deixa bem explícito o próprio nome do curso, dedicar-nos-emos aos débeis mentais, perfeitamente educáveis e passíveis de instrução e não aos casos profundos que requererem um sistema diferente, de internato.

Mais tarde, talvez, com o progresso da parte aplicada da Ortofrenopedia, instalem-se estes internatos. Por ora deverão ser criadas classes diferenciais para onde serão encaminhadas todas as crianças que tenham alguma falha de aprendizagem, mesmo que não sejam exatamente débeis mentais.

Os pais e professores devem imbuir-se do valor dessas classes e principalmente, **nunca ameaçar a criança de mandá-la** para elas, se aquela não fez algo que deveria fazer ou vice-versa. Pois então a Classe Diferencial passaria a ser para a criança um castigo e não um remédio e se esta precisasse ser-lhe encaminhada,

seriam atenuadas as possibilidades de progresso pela influência do fator medo e prevenção contra a Classe Diferencial.

Esta classe será um alívio para as professoras que tenham "alunos-problemas" como usualmente se diz; que não aprendem, são distraídos e perturbam a ordem da classe; e para a criança será um bem, pois na classe comum ela não poderá receber o tratamento e educação individuais de que necessita, pois a professora não especializada tem mais alunos que não podem abandonar, entrando também aqui o fator da promoção, que seria prejudicada por poucos alunos.

Mas não fica aí a importância dessas classes; os débeis, os incapazes na escola serão incapazes na vida, não pararão num mesmo emprego, não terão estabilidade financeira e nem moral, podendo perverter-se totalmente se o ambiente concorrer para isto.

Ao passo que sendo instruídos e orientados em classes especiais, passarão a ser membros úteis, à sociedade e a si mesmos, tendo estabilidade financeira e muito menos probabilidade de se perverter.

Mas isto que dissemos não são bonitas palavras teóricas; a estatística nos prova que isto é científico, certo, indubitável.

Assim é que na Inglaterra a delinqüência infantil era enorme, elevando-se a 10.000 menores de 16 anos presos anualmente e calcula-se agora, com Educação existente para Débeis e Desajustados, em 2.000 o número deles.

Vejam os leitores que bem para a sociedade e que economia para o Estado; e que dizermos, então, da sublimidade de ideal desta tarefa? Estaremos assim cumprindo a **lei de Deus**, "Amai-vos uns aos outros" e a **lei do Estado**, "Todos têm direito à Educação".

Calcula-se que as escolas européias devolvem 72% de seus alunos em condições de ganhar a vida; porque não tentarmos também? Poderemos chegar a este resultado e quiçá ultrapassá-lo, provando então a tese de que: "Abrir uma escola é fechar um presídio".

nheiro Menegoni, Maria Martins de Almeida, Olga Mil-homens Costa, Júlia Souza Barros Saraiva, Adília Figueiredo Cintra, Carmen Silva, Honorina Silva, Escolástica Pinto, Maria Pereira Machado Interlandi e filha, Vanda Interlandi, Maria Adelina de Sylos Dória, Célia de Sylos Carvalho, Alice Nascimento Bulcão, Ruth Luz Paiva Cilurzo, Elmira Goulart Pereira, Maria Clayde Villela Mercado, Olga Nogueira de Carvalho Frimm, os profs. João Horta de Macedo (Bossoroça), Gentil Palmiro, Rubens de Faria e Souza, Jarbas Sales Figueiredo, Geraldo Carlos de Mello, José Brandão Parreira, sra. d. Wanda Maria Parreira e filha, Pedro Ivar de Figueiredo Castro e sra. d. Lucy de Castro, Célio de Figueiredo Silva, Vicente Peixoto, Luiz de Melo Rodrigues, Osmar Bretas LePage, Wladimir Pereira e sra. d. Olenka Maria Ga-

lotti Pereira, Reinaldo Prado de Mello e sra. d. Maria Rosa Mendonça Prado de Melo, João Batista Galinaro, Carlos Bastos, sra. d. Ottilia Rudge Bastos e filho dr. José Carlos Rudge Bastos, Antonio Bento Coelho Pereira, Paulo Carvalho Lima, Acrisio Carvalho Lima, Tertuliano Soares Albergaria, Osmar Nogueira de Figueiredo, Paulo Aimoré de Carvalho, Vicente Caselli de Carvalho, Waldemir Bittencourt Carvalho, Manoel Caetano de Figueiredo, Jefferson Pereira, Helio Carvalho Lima e Antonio Martins de Oliveira Junior.

Ficou assentado durante a reunião que a Associação de Antigos Alunos promoverá brevemente um novo encontro semelhante durante o qual serão assentadas providências para uma visita coletiva de ex-alunos à cidade de Casa Branca, provavelmente durante a Festa da Jabuticaba.



Diretor-Superintendente:  
**SOLON BORGES DOS REIS**  
Diretor-Gerente:  
**LUIZ GONZAGA HORTA LISBOA**  
Diretor-Secretário:  
**JAIR AUGUSTO DE OLIVEIRA**

Publicação mensal

Distribuída gratuitamente aos sócios  
do Centro do Professorado Paulista

Tiragem: 21.000 exemplares

Redação: Rua Antonio de Godoi 35  
2.º and. - Cx. Postal 183 - Tel. 35-0779  
São Paulo

#### ASSINATURA

Anual - 12 números .... Cr\$ 100,00  
Número avulso ..... Cr\$ 10,00

#### REMESSAS DE VALORES

Deverão ser feitas por vale postal ou  
cheque extraídos em favor da "Re-  
vista do Professor" ou em selos do  
correio da taxa de Cr\$ 2,50

#### COLABORAÇÃO

Esta revista acha-se aberta à colabo-  
ração dos associados do CPP e dos  
professores de todo o Brasil.

Conceitos emitidos em artigos assina-  
dos são da exclusiva responsabilidade  
dos autores. Originais não serão de-  
volvidos, mesmo quando não  
publicados.

#### CORRESPONDÊNCIA

Tôda correspondência deve ser  
remetida à Redação da  
"Revista do Professor"  
Caixa Postal, 183 — São Paulo

#### Expediente da Redação:

Têrças e Sextas-feiras, das 13 às 16 hs.

Edição composta e impressa nas ofi-  
cinas da **Empresa Gráfica Editôra**  
Guia Fiscal — Rua da Glória, 653

Fone: 33-3307 — São Paulo



O problema educativo é como o da  
visão. Os defeitos da vista — e são-  
no, no mais alto grau, os que care-  
cem de cultura — precisam de óculos  
e lentes. O vidro corrige o defeito...  
A lente é, portanto, o supremo bem.  
Estabelece, contudo, uma condição  
fundamental de êxito: para que dê  
resultados, é mister seja adequada.  
Nenhum médico iria aplicar a um  
miope as lentes de um homem de  
vista cansada. E para um astigmá-  
tico, são inúteis os óculos que servem  
ao presbíta.

Ora, a educação é como as lentes:  
corrige os defeitos da vista, desde  
que sejam as indicadas para cada ca-  
so. Mal adaptadas, não só não ser-  
vem, mas desservem, porque compli-  
cam e impossibilitam o exercício do  
órgão.

Sud Mennucci

# Revista do PROFESSOR



DO CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA

Fundador — **SUD MENNUCCI**

Diretor de Redação — **MOACYR CAMPOS**

ANO XV - N.º 37 • SÃO PAULO, BRASIL • DEZEMBRO, 1957

## A Capa Dêste Número

Desde que a "Revista do Professor" iniciou esta sua nova fase, em maio de 1949 — já lá se vão quase nove anos! — vimos, em edição por edição, num cantinho que sobra em qualquer página, dedicando algumas linhas elucidativas sobre a figura da capa. Personagens e cidades históricas, mestres notáveis, paisagens cheias de luz, tributos de admiração a homens e símbolos, tudo isso foi motivo para dignificarmos nossa capa, alegrando-a, ao mesmo tempo, com o enfeite das côres.

Hoje, é no limiar da "Revista" que nos reportamos à sua figura de amostra. É na coluna larga da abertura que, em homenagem ao alevantado sentido do quadro, queremos dizer aos leitores a sua significação:

Sob a luz do Cruzeiro do Sul, tendo por painel um céu profundamente escampo, delinea-se o mapa da Grande Pátria, cuja projeção já se faz sentir sobre o mundo. Na lombada curvilínea do terreno, em perspectiva contra o horizonte, um cavaleiro de ponto em branco, imáculo como o Ideal que o norteia, armado em guerra, de viseira erguida, apronta-se para dar o sinal de partida. Vai para a batalha, à frente de sua legião de bravos.

Esse guerreiro é um símbolo. Representa o Mestre-Escola, o verdadeiro, aquele que compenetrado da grandeza de sua missão, transforma-se em sacerdote, oficiando o sagrado sacrifício da Educação no altar da pátria. A guerra em que se empenha é a do bom combate, visando espancar a ignorância e dizimar as trevas. Tem um lema permanente: Pelo Brasil, contra o analfabetismo.

Seus soldados são seus iguais. Seguem-lhe a direção; todavia, cada um de per si é um chefe. São muitos, são milhares. Espalham-se por todo o Estado, desde as cidades trepidantes até os lugarejos perdidos no mapa, a lembrarem boatos geográficos; desbordam-se por todo o país e vão combatendo, em pugna incruenta, nas praias e nos areais, nas caatingas e nas barrancas dos rios, nos sertões e nos descampados, por estradas reais e por incios caminhos. São os legionários da luz.

Agora o guerreiro aumenta o âmbito de sua investida, comandando a campanha pela Educação Cívica e Moral, de que nossa terra anda tão necessitada. À sua constante legenda, poderá juntar a divisa do brasão de armas de São Paulo:

PRO BRASÍLIA FIANT EXIMIA.



# COMO JULGAR UMA PROVA DE EXAME EM ESCOLAS PRIMA'RIAS

JOSINO CARNEIRO DA SILVA JR.

Diretor do G. E. "Francisco Vieira de Camargo", de Vila de Quadra — Tatui, SP

Como tudo na vida tende a se aperfeiçoar, tudo propende para o melhor, justo seria também se mudássemos o critério de julgamento de exames em nossas escolas. Nada de padronização, normas pre-estabelecidas, juízos premeditados.

Os julgamentos são geralmente assim: caso: "Prova de Aritmética" — examinador: muito bém, quatro problemas, logo, para cada um 25 ou 2,5 (esse é o primeiro raciocínio); com o lápis vermelho, bem apontado, começa êle: certo, errado, errado, errado, usando as iniciais convencionais (E, C), baseando-se nas respostas dos problemas.

Agora, é só contar: um certo e três errados, logo... e escreve bem destacado à margem direita da prova — *Cons.* (conservado).

Como se vê: simples, rápido, lógico, econômico, mas sobretudo — Injusto!

Caso — "Prova de Linguagem escrita": o início é sempre o mesmo: ávido por usar vermelho, vai assinalando os erros: faltou o S; trocou o L pelo U; esqueceu-se do acento; iniciou com letra minúscula; no L intercalado usou o R; trocou o Q pelo G; escreveu o nome do acidente com letra minúscula; trocou o E pelo I; o O pelo U e assim, dezenas de erros como estes, mas ou menos leves, mas que realmente precisam ser assinalados.

Corrigida a prova, vem a célebre contagem aritmética: um, dois, três... doze.

Ora, para cada erro tanto, logo, não dá média: vem logo o vermelho: *Cons.*

Em tôdas as provas, esse julgamento se repete como máquina que assinala, conta e premia o candidato. No entanto, o critério de julgamento deveria ser bem outro; há tanto a considerar! — exatidão das respostas, erros ortográficos, ordem, clareza, poder de criação, desenvolvimento, apanhado geral, higiene, caligrafia, pronúncia, vocabulário, rapidez, etc... Mas, qual!... tudo isto fica de lado; é muito mais prático e rápido, observar somente as respostas e contar os erros.

---

do sr. Alberto de Paula Rodrigues, na qual há a afirmação de que o autor dessa iniciativa foi o poeta "Garcia Redondo que trouxe pardais de Lisboa para o Rio e São Paulo".

Parece mesmo ter sido a importação de pardais obra de poeta; Pereira Passos, o magnífico administrador, não tomaria essa atitude sem primeiro prever as conseqüências.

Seja como fôr, temos com o pardal mais um problema, talvez insolúvel. Aliás, se não podemos aproveitar o pardal para outra cousa, aproveitemo-lo como símbolo: que a sua história, em nossa terra, seja conhecida e meditada por todos aqueles que tiverem alguma parcela de responsabilidade na administração pública.

Um ato impensado, aparentemente inócuo, pode causar muitos aborrecimentos. Que o pardal sirva de exemplo...

E' justo que assim se proceda? Poderíamos chamar a isto um critério justo, humano? Quanto aluno há que raciocina e encaminha o problema bem ao certo e no fim se perde, às vezes, num número apenas: isto é tão comum! não tem valor esse problema somente porque a resposta não foi aquela que o examinador traz ao lado.

Se o valor do problema é 25, não mereceria 10 ou 15 aquele problema quase certo? Ora, dois problemas nessa situação, que merecessem consideração, mais um outro certo, estaria o aluno aprovado.

Agora, se a criança encaminhou mal, raciocinou errado, não há dúvida — errado. Quantas vezes há, em que o examinador observando a resposta deu C; no entanto, se observasse melhor, veria as primeiras contas erradas e somente a última, inclusive resposta, certas (cópia).

Nas provas de linguagem escrita, o examinador assinala e depois conta os erros, deixando cair o vermelho com toda justiça (justiça no seu conceito).

Ora, os erros já mencionados como: troca do I pelo E, O pelo U e tantos outros, poderão ser equiparados a erros mais graves como: *lia* por *lha*, *n* por *m*, etc.?

No entanto, a célebre contagem aritmética vem, após correção: tantos erros = tanto; logo, deverá ser conservado.

Reler a prova, observar o vocabulário, as imagens criadas, a ordem, o apanhado geral, o desenvolvimento, a caligrafia, o assêio, a pontuação, a clareza, a rapidez, etc... Ah! mas tudo isso demora muito; como corrigir dezenas e dezenas de provas? Sim, caro leitor, infelizmente é isto; rabiscar um *Cons.*, com certa agilidade, é bem mais rápido que *Pesar* uma prova em seus múltiplos aspectos.

Pouco importa, a certos examinadores, aprovar ou reprovar uma criança.

Eles querem ser férreos, incorruptíveis; apreciam com uma vaidade discreta, quando as pobres professoras rurais, afirmam: fulano é duro! (duro no sentido de enérgico).

Julgando uma prova, como aconselho, o professor não está se corrompendo, mas, simplesmente se comportando como um ser que age sob princípios morais e humanos. O que é amoral e injusto é conservar uma criança que poderia ser promovida, olvidando os prejuízos que resultam.

Há ainda os casos duvidosos (casos de balança), são provas que, julgadas, o examinador permanece em dúvida: aprovo ou não?

Observe-se aqui, o estado afetivo, a situação física, o conceito que goza o professor da classe, tudo se choca nessa decisão.

No entanto, é tão simples! Aquelas provas que fiquem de lado; depois, pelos cadernos de armário, provas mensais, assiduidade, comportamento e mesmo idade, o examinador poderá decidir. E' trabalho? Sim, mas é humano.

Bem mais louvável que pesar a prova conforme o conceito de que goza o professor ou professora da classe.

Sejamos, imparciais, mas sobretudo — humanos!



# COMO JULGAR UMA PROVA DE EXAME EM ESCOLAS PRIMA'RIAS

JOSINO CARNEIRO DA SILVA JR.

Diretor do G. E. "Francisco Vieira de Camargo", de Vila de Quadra — Tatuí, SP

Como tudo na vida tende a se aperfeiçoar, tudo propende para o melhor, justo seria também se mudássemos o critério de julgamento de exames em nossas escolas. Nada de padronização, normas pre-estabelecidas, juízos premeditados.

Os julgamentos são geralmente assim: caso: "Prova de Aritmética" — examinador: muito bem, quatro problemas, logo, para cada um 25 ou 2,5 (esse é o primeiro raciocínio); com o lápis vermelho, bem apontado, começa ele: certo, errado, errado, errado, usando as iniciais convencionais (E, C), baseando-se nas respostas dos problemas.

Agora, é só contar: um certo e três errados, logo... e escreve bem destacado à margem direita da prova — *Cons.* (conservado).

Como se vê: simples, rápido, lógico, econômico, mas sobretudo — Injusto!

Caso — "Prova de Linguagem escrita": o início é sempre o mesmo: ávido por usar vermelho, vai assinalando os erros: faltou o S; trocou o L pelo U; esqueceu-se do acento; iniciou com letra minúscula; no L intercalado usou o R; trocou o Q pelo G; escreveu o nome do acidente com letra minúscula; trocou o E pelo I; o O pelo U e assim, dezenas de erros como estes, mas ou menos leves, mas que realmente precisam ser assinalados.

Corrigida a prova, vem a célebre contagem aritmética: um, dois, três... doze.

Ora, para cada erro tanto, logo, não dá média: vem logo o vermelho: *Cons.*

Em todas as provas, esse julgamento se repete como máquina que assinala, conta e premia o candidato. No entanto, o critério de julgamento deveria ser bem outro; há tanto a considerar! — exatidão das respostas, erros ortográficos, ordem, clareza, poder de criação, desenvolvimento, apanhado geral, higiene, caligrafia, pronúncia, vocabulário, rapidez, etc... Mas, qual!... tudo isto fica de lado; é muito mais prático e rápido, observar somente as respostas e contar os erros.

---

do sr. Alberto de Paula Rodrigues, na qual há a afirmação de que o autor dessa iniciativa foi o poeta "Garcia Redondo que trouxe pardais de Lisboa para o Rio e São Paulo".

Parece mesmo ter sido a importação de pardais obra de poeta; Pereira Passos, o magnífico administrador, não tomaria essa atitude sem primeiro prever as conseqüências.

Seja como fôr, temos com o pardal mais um problema, talvez insolúvel. Aliás, se não podemos aproveitar o pardal para outra cousa, aproveitemo-lo como símbolo: que a sua história, em nossa terra, seja conhecida e meditada por todos aqueles que tiverem alguma parcela de responsabilidade na administração pública.

Um ato impensado, aparentemente inócuo, pode causar muitos aborrecimentos.

Que o pardal sirva de exemplo...

E' justo que assim se proceda? Poderíamos chamar a isto um critério justo, humano? Quanto aluno há que raciocina e encaminha o problema bem ao certo e no fim se perde, às vezes, num número apenas: isto é tão comum! não tem valor esse problema somente porque a resposta não foi aquela que o examinador traz ao lado.

Se o valor do problema é 25, não mereceria 10 ou 15 aquele problema quase certo? Ora, dois problemas nessa situação, que merecessem consideração, mais um outro certo, estaria o aluno aprovado.

Agora, se a criança encaminhou mal, raciocinou errado, não há dúvida — errado. Quantas vezes há, em que o examinador observando a resposta deu C; no entanto, se observasse melhor, veria as primeiras contas erradas e somente a última, inclusive resposta, certas (cópia).

Nas provas de linguagem escrita, o examinador assinala e depois conta os erros, deixando cair o vermelho com toda justiça (justiça no seu conceito).

Ora, os erros já mencionados como: troca do I pelo E, O pelo U e tantos outros, poderão ser equiparados a erros mais graves como: *lia* por *lha*, *n* por *m*, etc.?

No entanto, a célebre contagem aritmética vem, após correção: tantos erros = tanto; logo, deverá ser conservado.

Rer ler a prova, observar o vocabulário, as imagens criadas, a ordem, o apanhado geral, o desenvolvimento, a caligrafia, o assêio, a pontuação, a clareza, a rapidez, etc... Ah! mas tudo isso demora muito; como corrigir dezenas e dezenas de provas? Sim, caro leitor, infelizmente é isto; rabiscar um *Cons.*, com certa agilidade, é bem mais rápido que *Pesar* uma prova em seus múltiplos aspectos.

Pouco importa, a certos examinadores, aprovar ou reprovar uma criança.

Eles querem ser férreos, incorruptíveis; apreciam com uma vaidade discreta, quando as pobres professoras rurais, afirmam: fulano é duro! (duro no sentido de enérgico).

Julgando uma prova, como conselho, o professor não está se corrompendo, mas, simplesmente se comportando como um sêr que age sob princípios morais e humanos. O que é amoral e injusto é conservar uma criança que poderia ser promovida, olvidando os prejuízos que resultam.

Há ainda os casos duvidosos (casos de balança), são provas que, julgadas, o examinador permanece em dúvida: aprovo ou não?

Observe-se aqui, o estado afetivo, a situação física, o conceito que goza o professor da classe, tudo se choca nessa decisão.

No entanto, é tão simples! Aquelas provas que fiquem de lado; depois, pelos cadernos de armário, provas mensais, assiduidade, comportamento e mesmo idade, o examinador poderá decidir. E' trabalho? Sim, mas é humano.

Bem mais louvável que pesar a prova conforme o conceito de que goza o professor ou professora da classe.

Sejamos, imparciais, mas sobretudo — humanos!



# ENSINO PARA DE'BELIS MENTALS

HELENA OKONIEWSKI  
Campinas, SP

Mais um passo no setor educacional e de recuperação social deu o Brasil, através de São Paulo, com a criação de um Curso Especializado para Formação de Professores para Débeis Mentais.

Embora este setor esteja bem adiantado no exterior e mesmo nos países circunvizinhos, pois a Argentina desde 1924 o possui, aqui no Brasil somente hoje, em 1957, é que começa a se desenvolver.

E isto devemos aos espíritos esclarecidos de três homens que merecem toda nossa dedicação e respeito: o senhor Governador do Estado, que não hesitou em assinar favoravelmente o pedido que lhe fizeram, o Dr. Ruy de Almeida Barbosa, representante de Campinas, presidente da Assembléia Legislativa, e que tanto tem feito por nossa terra, e o professor Norberto de Souza Pinto, que viu seu sonho acalentado por 40 anos, ser finalmente realizado.

Por isso, antes de entrarmos no assunto que desejamos tratar queremos, com todo o coração agradecer a essas personagens, que nos propiciaram a satisfação do nosso secreto desejo e vocação, de nos dedicarmos à educação de crianças que até agora estavam entregues às Clínicas Médicas Infantís.

Precisamos deixar bem claro que se o Médico muito pode fazer em prol dos Débeis, quer situando sua anormalidade, quer buscando as causas e procurando aniquilá-las, somente o professor especializado poderá, com métodos especiais, reeducar ou educar para integrá-los no meio social onde eles passarão a ser membros úteis.

Portanto, a Ortofrenopedia entrou em plena atividade, em seu devido lugar, como ramo da Pedagogia Científica.

O mestre e o médico batalharão conjuntamente, pelo mesmo ideal humano e de incontestável valor quer para o indivíduo, quer para a sociedade.

Sabemos que muitos cepticos duvidam da validade da nossa tarefa, mas a estes cumpre observar que, como deixa bem explícito o próprio nome do curso, nos dedicaremos aos Débeis Mentais, perfeitamente educáveis e passíveis de instrução e não dos casos profundos que requereriam um sistema diferente, de internato.

Mais tarde, talvez, com o progresso da parte aplicada da Ortofrenopedia se instalem estes internatos. Por ora, serão criadas Classes Diferenciais para onde serão encaminhadas todas as crianças que tenham alguma falha de aprendizagem, mesmo que não sejam débeis mentais.

Os pais e professores devem imbuir-se do valor dessas Classes e principalmente nunca ameaçar a criança de mandá-la para ela, por haver feito algo merecedor de corrigenda.

Pois então a Classe Diferencial passaria a ser para a criança um castigo e não um remédio e se esta precisasse ser encaminhada a ela, seriam atenuadas as possibilidades de progresso pelo fator medo e prevenção contra esta Classe.

A Classe Diferencial será um alívio para as professoras que tenham "alunos-problemas" como usualmente se diz, que não aprendem, são distraídos, perturbam a ordem da classe; e para a criança será um bem, pois na classe comum ela não poderá receber o tratamento e educação individuais de que necessita pois a professora não especializada tem mais

alunos que não pode abandonar, entrando também aí o fator da promoção, que seria prejudicada por poucos alunos.

Mas não fica aí a importância dessas Classes; os Débeis, os Incapazes na escola serão incapazes na vida, não pararão num mesmo emprego, não terão estabilidade financeira e nem moral, podendo perverter-se totalmente se o ambiente concorrer para isto. Porém, sendo instruídos e orientados em Classes Especiais passarão a ser membros úteis à sociedade e a si mesmos, tendo estabilidade financeira e muito menos probabilidade de se perverterem.

Mas isto que dizemos não são bonitas palavras teóricas; a estatística nos prova que isto é científico, certo, indubitável.

Assim é que na Inglaterra a delinqüência infantil era enorme, elevando-se a 10.000 menores de 16 anos presos anualmente e calcula-se agora com a Educação para os Débeis e Desajustados, em 2.000 o número deles.

Vejam os leitores que bem para a sociedade e que Economia para o Estado, e que dizemos então da Sublimidade de Ideal desta tarefa? Estaremos assim cumprindo a lei de Deus: "Amai-vos uns aos outros" e a lei do Estado: "Todos tem direito à Educação".

Calcula-se que as escolas européias devolvem 72% de seus alunos em condições de ganhar a vida; porque não tentarmos também? Poderemos chegar a este resultado e quiçá ultrapassá-lo provando então a tese de que "abrir uma escola é fechar um presídio."

## HINO NACIONAL

SÓLON BORGES DOS REIS

Brasileiro, ouve a música sagrada  
que te evoca a grandeza da pátria!  
De pé, firme, perfila-te! Atenção!  
É a voz do Brasil  
que te fala ao coração.  
Ela te lembra que tiveste a sorte  
de nascer sob o céu deste país,  
onde é tudo tão belo e te sentes feliz,  
e que defenderás até com a própria morte!  
Ela te lembra o pavilhão querido  
auriverde e azul, de nobre porte,  
e te põe a pensar neste Brasil unido,  
das coxilhas do sul às caatingas do norte!  
O teu hino é cantante e vivo e tem ardor,  
é a voz de civismo da terra natal.  
Então, brasileiro, com amor,  
o teu canto sagrado, o Hino Nacional!

Estes versos têm sido apresentados nas escolas, em cântico falado ou declamados antes da apresentação do Hino Nacional.